

2 - JAUQUELINE SANTOS ROSA, RG 49.325.348-5-SSP/SP, para exercer o cargo de Assessor I, Ref. DAS-09, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, vaga 13706, constante do Decreto 58.079/18 e da Lei 16.974/18.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de agosto de 2020, 467^{da} fundação de São Paulo.
BRUNO COVAS, Prefeito

TÍTULO DE NOMEAÇÃO 540, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PROCESSO SEI 6010.2020/0002591-7

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Nomear a senhora LETICIA MENDONÇA BAUERL, RG 52.397.549-1-SSP/SP, para exercer o cargo de Assessor Administrativo II, Ref. DAI-05, da Divisão de Gestão de Parques Urbanos - DGPU, da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal - CGPABI, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, vaga 13253, constante do Decreto 58.625/19.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de agosto de 2020, 467^{da} fundação de São Paulo.
BRUNO COVAS, Prefeito

TÍTULO DE NOMEAÇÃO 541, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PROCESSO SEI 6010.2020/0002591-7

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

NOMEAR SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
1 - CIBELI DOS SANTOS FERREIRA, RF 720.124.9, vínculo 1, para exercer o cargo de Encarregado de Equipe, Ref. DAI-07, da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, da Secretaria Municipal da Saúde, vaga 10051, constante do Decreto 57.857/17.
2 - VICENTE ADAIR BOTELHO JUNIOR, RF 729.069.1, vínculo 1, para exercer o cargo de Assessor I, Ref. DAS-09, da Coordenação de Epidemiologia e Informação - CEInfo, do Departamento de Apoio à Atenção à Saúde, da Coordenadoria de Atenção à Saúde - CS, da Secretaria Municipal da Saúde, vaga 3174, constante do Decreto 57.857/17.

3 - ANDREA BOBILHO PASCHOAL, RF 781.264.7, vínculo 1, para exercer o cargo de Encarregado de Equipe, Ref. DAI-07, da Coordenação de Epidemiologia e Informação - CEInfo, do Departamento de Apoio à Atenção à Saúde, da Coordenadoria de Atenção à Saúde - CS, da Secretaria Municipal da Saúde, vaga 9602, constante do Decreto 57.857/17.

4 - INGRID RUOTTI RIBEIRO DE OLIVEIRA, RF 821.087.0, vínculo 1, para exercer o cargo de Coordenador de Saúde, Ref. DAS-10, da Unidade Básica de Saúde Vila Jacuí, da Supervisão Técnica de Saúde São Miguel, da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, da Secretaria Municipal da Saúde, vaga 10210, constante do Decreto 57.857/17.

5 - SIMONE BENICIO DA CRUZ, RF 837.430.9, vínculo 1, para exercer o cargo de Encarregado de Equipe Técnica, Ref. DAS-09, do Expediente Administrativo da Gerência Técnica do Atendimento a Saúde e Segurança do Trabalhador, do Departamento Técnico de Gestão de Talentos, do Hospital do Servidor Público Municipal, da Secretaria Municipal da Saúde, constante do Decreto 52.042/10 e das Leis 13.766/04, 16.122/15, artigo 97, § 3º e 17.433/20, artigo 93.

6 - NIKOLAS BRUNO DE JESUS SILVA, RF 843.724.6, vínculo 1, para exercer o cargo de Encarregado de Equipe Técnica, Ref. DAS-09, da Seção de Manutenção Preventiva, do Serviço Técnico de Engenharia Clínica, da Gerência Técnica de Engenharia e Manutenção, do Departamento Técnico de Administração e Infraestrutura, do Hospital do Servidor Público Municipal, da Secretaria Municipal da Saúde, constante do Decreto 52.042/10 e das Leis 13.766/04, 16.122/15, artigo 97, § 3º e 17.433/20, artigo 93.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de agosto de 2020, 467^{da} fundação de São Paulo.
BRUNO COVAS, Prefeito

TÍTULO DE NOMEAÇÃO 542, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PROCESSO SEI Nº 6010.2020/0002580-1

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, no uso da competência que lhe foi conferida por lei,

RESOLVE:

NOMEAR:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

1. ALVARO MENDES MARTINS, RF 727.344.4, para exercer o cargo de Assessor I, Referência DAS-09, da Supervisão de Administração e Suprimentos, da Coordenadoria de Administração e Finanças, da Subprefeitura Vila Mariana, constante das Leis 13.682/03 e 16.974/18, vaga 14716.

2. MARCELA FASOLIN FERREIRA, RF 726.983.8, para exercer o cargo de Assessor I, Referência DAS-09, da Praça de Atendimento ao Público, do Gabinete do Subprefeito, da Subprefeitura Ipiranga, constante das Leis 13.682/03 e 16.974/18, vaga 14814.

3. AGENOR FRANCISCO NOGUEIRA, RF 604.611.8, para exercer o cargo de Encarregado de Setor II, Referência DAI-05, do Setor de Controle de Bens Patrimoniais, da Seção Técnica de Contabilidade, da Supervisão de Finanças e Administração, da Superintendência das Usinas de Asfalto, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, constante da Lei 16.974/18 e do Decreto 57.576/17, vaga 1447.

4. DANIELA MARQUES, RG 42.069.927-2-SSP/SP, para exercer o cargo de Agente de Segurança, Referência DAI-01, do Gabinete da Superintendência, do Serviço Funerário do Município de São Paulo, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, constante da Lei 16.974/18 e dos Decretos 27.077/88 e 58.182/18.

5. AMANDA PETIZME BRAZ, RG 45.974.166-4-SSP/SP, para exercer o cargo de Fiscal de Serviços, Referência DAI-08, do Gabinete da Superintendência, do Serviço Funerário do Município de São Paulo, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, constante da Lei 16.974/18 e dos Decretos 27.077/88 e 58.182/18.

6. JEFFERSON LUIZ DOS SANTOS GONÇALVES, RF 741.780.2, para exercer o cargo de Encarregado de Equipe, Referência DAI-07, da Unidade de Manutenção dos Sistemas de Drenagem e Viário, da Supervisão Técnica de Manutenção, da Coordenadoria de Manutenção da Infraestrutura Urbana, da Subprefeitura Parelheiros, constante das Leis 13.682/03 e 16.974/18, vaga 15356.

7. ODAIR DA SILVA, RF 592.342.5, para exercer o cargo de Encarregado de Equipe, Referência DAI-07, da Supervisão Técnica de Limpeza Pública, da Subprefeitura Sapopemba, constante das Leis 13.682/03 e 16.974/18, vaga 3381.

8. LILIAN SPONDA DE FREITAS, RF 796.123.5, para exercer o cargo de Coordenador de Projetos, Referência DAS-10, do Departamento de Controle e Cadastro da Infraestrutura Urbana - CONVIAS, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, constante do Decreto 58.755/19, vaga 11647.

9. ARNALDO FRANCHIN JUNIOR, RG 20.281.314-9-SSP/SP, para exercer o cargo de Assessor Técnico I, Referência DAS-11, do Gabinete do Subprefeito, da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, constante das Leis 13.682/03 e 16.974/18, vaga 14228.

10. FLAVIA CRISTINA DA SILVA, RF 750.288.5, para exercer o cargo de Assessor I, Referência DAS-09, do Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, constante das Leis 13.682/03 e 16.974/18, vaga 16077.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de agosto de 2020, 467^{da} fundação de São Paulo.
BRUNO COVAS, Prefeito

TÍTULO DE NOMEAÇÃO 543, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PROCESSO SEI Nº 6011.2020/0003124-6

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Nomear o senhor VICTOR CIRO ZAMBINI, RF 759.385.6, para exercer o cargo de Assessor I, Ref. DAS-09, da Coordenação de Imprensa – CI, do Gabinete do Prefeito, vaga 02, de provimento em comissão, dentre portadores de nível superior, reconhecido pelo órgão competente, constante do Decreto 58.954/19.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de agosto de 2020, 467^{da} fundação de São Paulo.
BRUNO COVAS, Prefeito

CASA CIVIL

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL

6110.2019/0015350-0 - AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL - Afastamento de servidor da Secretaria Municipal da Saúde - No uso da competência delegada pelo Decreto nº 59.385/20, **AUTORIZO**, nos termos do disposto no artigo 45, § 1º, da Lei nº 8989/79, observadas as formalidades legais, o afastamento do servidor FERNANDO RAMOS PASSARELLI, RF 821.740.8/1, ANS Cirurgião Dentista, lotado na Unidade Básica de Saúde Jardim Colorado - Dr. José Pires, da Secretaria Municipal da Saúde, para prestar serviços no Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, da Autarquia Hospitalar Municipal, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens do cargo, a partir da data da publicação até 31/12/2020.

7910.2020/0000581-4 - SÃO PAULO OBRAS – SPOBRAS - Afastamento de servidor da Secretaria Municipal da Saúde - No uso da competência delegada pelo Decreto nº 59.385/20, **AUTORIZO**, nos termos do disposto no artigo 45, § 1º da Lei nº 8989/79, observadas as formalidades legais, o afastamento do servidor JOEL ERNESTO GUEDES JUNIOR, RF 787.687.4/1, Agente de Saúde/Saúde Ambiental - Combate a Endemias, lotado na Supervisão Técnica de Saúde Capela do Socorro, da Secretaria Municipal da Saúde, para prestar serviços na empresa SP OBRAS, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e demais vantagens do cargo, com ressarcimento das despesas decorrentes à Secretaria cedente, a partir de 27/07/2020 até 31/12/2020.

6018.2020/0053031-3 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Cessação de Afastamento - À vista do contido no processo referenciado, **DECLARO CESSADO**, a partir de 07/08/2020, o afastamento da servidora MARIA HELENA FERREIRA, RF 605.685.7, AS-Enfermagem, da Secretaria Municipal da Saúde para a Autarquia Hospitalar Municipal, por motivo de aposentadoria.

6018.2020/0053025-9 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Cessação de Afastamento - À vista do contido no processo referenciado, **DECLARO CESSADO**, a partir de 06/08/2020, o afastamento dos servidores a seguir relacionados, da Secretaria Municipal da Saúde para Autarquia Hospitalar Municipal, por motivo de aposentadoria:

JOSE CARLOS LIMA, RF 508.893.3/2, AS - GASOTERAPIA
ELIANE HENRIQUES MOREIRA ALFANI, RF 614.797.6/5, ANS - MEDICO

6018.2020/0053009-7 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Cessação de Afastamento - À vista do contido no processo referenciado, **DECLARO CESSADO**, a partir de 31/07/2020, o afastamento das servidores a seguir relacionadas, da Secretaria Municipal da Saúde para Autarquia Hospitalar Municipal, por motivo de aposentadoria:

MARIA VANILDA DE LIMA, RF 623.449.6/3, AS - ENFERMAGEM

GLEIDE SANDRA MAGNAN, RF 596.681.7/2, AS - ENFERMAGEM

ESTER CONSTANTINO, RF 635.628.1/1, AGPP

6011.2019/0002911-8 - TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Ofício SSG-GAB 10934/19 - Solicitação de afastamento de servidora da Secretaria Municipal de Gestão - No uso da competência delegada pelo Decreto nº 59.385/20, **AUTORIZO**, nos termos do disposto no artigo 45, § 1º, da Lei nº 8989/79, observadas as formalidades legais, o afastamento da servidora EDNEIDE AMERINA DE SÁ CARVALHO, RF 508.537-3, Assistente de Gestão de Políticas Públicas, lotada na Secretaria Municipal de Gestão, para prestar serviços no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e demais vantagens de seu cargo, até 31/12/2020.

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO QUE CELEBRAM A PREFEITURA DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA CASA CIVIL, E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SETOR DE ALTO RENDIMENTO ESPORTIVO.

CONSIDERANDO nova fase de combate à pandemia do Coronavírus na Cidade de São Paulo conforme estabelecido pelas autoridades sanitárias estaduais, possibilitando a retomada gradual e cuidadosa das atividades não essenciais na capital;

CONSIDERANDO que o combate à pandemia e as medidas de prevenção são questões que devem ser enfrentadas por toda a Sociedade, e que o esforço para a superação da crise é de responsabilidade conjunta de governos, de empresas e de cidadãos;

CONSIDERANDO que uma retomada abrupta e descuidada das atividades não essenciais poderá representar um retrocesso no processo de flexibilização de medidas restritivas, ocasionando graves prejuízos à saúde e à economia;

CONSIDERANDO que as entidades signatárias deste instrumento representam relevante setor econômico para a retomada da atividade econômica da Cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO a adoção de protocolos sanitários auxiliará na prevenção e na contenção da disseminação da pandemia, possibilitando que se salve vidas e se evite a sobrecarga nos hospitais no Município de São Paulo;

CONSIDERANDO a instituição do Plano São Paulo pelo Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que prevê uma atuação coordenada do Estado com os Municípios paulistas e a sociedade civil, com o objetivo de implementar e avaliar ações e medidas estratégicas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto 59.473, de 29 de maio de 2020;

PREFEITURA DE SÃO PAULO, entidade de direito público interno, doravante denominada “PMSP”, por intermédio da CASA CIVIL, neste ato representada por seu Secretário; INSTITUTO PENINSULA – NÚCLEO DE ALTO RENDIMENTO ESPORTIVO DE SÃO PAULO, associação sem fins lucrativos e/ou econômicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 22º andar, Sala 4, Parte B, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 12.663.239/0001-20, ora representado por sua diretora geral, Maria Heloisa de Oliveira Morel, portadora do RG 20.584290-2, inscrita no CPF/ME sob nº 098.027.618-77, CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY, associação civil de natureza desportiva, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 12.495, conjunto 11A, Cidade Monções, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 50.380.658/0001-44, neste ato representada por seu Diretor Técnico, Sr. João Miguel Ralha Gonçalves Nogueira, RNE nº W44885H e inscrito no CPF/ME sob o nº 073.321.798-22 e FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEVÔLEI, associação civil sem fins lucrativos com sede na Av. Pacaembu, 1785, CEP 01234-001, inscrita no CNPJ 11.675.770.0001-50,

neste ato representado pelo seu Presidente senhor Gilberto Alves Diniz, portador do RG 21.431.825 e do CPF 070.039.578-41; doravante denominados “COMPROMISSÁRIOS”.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Compromisso, que será regido pelas normas legais aplicáveis, em especial o Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, o Decreto Municipal nº 59.473, de 29 de maio de 2020, e a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto estabelecer uma parceria entre a PMSP e os COMPROMISSÁRIOS, em regime de cooperação mútua entre os participantes, para adoção do protocolo aprovado pelo setor, com validade a partir do dia 13 de julho de 2020;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES

Para a execução do objeto deste termo de compromisso, a PMSP e os COMPROMISSÁRIOS terão as seguintes obrigações:

- I – Compete à PMSP:
 - a) tomar providências legais para permitir a reabertura gradual das atividades dos estabelecimentos representados pelos COMPROMISSÁRIOS;
 - b) zelar pelo cumprimento, pelos estabelecimentos, dos protocolos sanitários em tela;
 - c) orientar e comunicar aos COMPROMISSÁRIOS acerca das informações sanitárias que auxiliem na execução do protocolo sanitário;
 - d) decidir e indicar soluções aos assuntos que lhe forem submetidos;
 - e) manter, em sítio oficial na internet, os termos de compromissos e os respectivos protocolos sanitários;
 - f) divulgar balanços, informações, indicadores de desempenho e manter atualizados os dados relativos à evolução da pandemia na cidade;
 - g) orientar os COMPROMISSÁRIOS, meio da vigilância sanitária, como proceder em caso de confirmação da doença em colaboradores das empresas representadas.
- II – Compete aos COMPROMISSÁRIOS:
 - a) orientar e comunicar aos estabelecimentos que integrem o setor econômico representado pelos COMPROMISSÁRIOS a cumprir com o protocolo sanitário objeto deste instrumento;
 - b) divulgar amplamente o protocolo sanitário aos seus representados, empregados, colaboradores, fornecedores e clientes;
 - c) facilitar o acesso a dados disponíveis que sejam necessários para atendimento do que trata a Cláusula Primeira;
 - d) enviar relatórios das medidas adotadas pelos COMPROMISSÁRIOS junto aos seus representados quando solicitado;
 - e) acompanhar as providências de seus representados quanto ao cumprimento do protocolo sanitário, orientando-os em caso de anomalias, comunicando eventuais problemas para seu cumprimento;
 - f) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária de seus próprios empregados, decorrentes da execução do objeto desta parceria, bem como por todos os ônus ordinários ou extraordinários eventualmente incidentes;
 - g) facilitar a supervisão e fiscalização da PMSP, fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento;
 - h) manter, em sítio oficial na internet, os termos de compromissos e os respectivos protocolos sanitários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

A execução do presente termo de compromisso não envolve a transferência de recursos financeiros e materiais entre os participantes, arcando, cada qual, com as despesas decorrentes da adoção das providências sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo de compromisso é o da vigência do Estado de Calamidade Pública na cidade de São Paulo por conta da pandemia de coronavírus, não ultrapassando 12 (doze) meses da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente instrumento será extinto automaticamente se houver melhoria das condições epidemiológicas que tornem desnecessária a adoção do protocolo por deliberação das autoridades sanitárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente termo de compromisso poderá ser denunciado pelos participantes a qualquer tempo, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não obstante o disposto anteriormente, o presente Acordo poderá ser rescindido a qualquer tempo, caso a PMSP tome qualquer medida que contrarie o disposto no presente instrumento e seu protocolo sanitário, em razão do retrocesso da situação da saúde pública ou por qualquer outro motivo de interesse público.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em qualquer hipótese de rescisão durante a vigência deste instrumento, não caberá qualquer indenização a qualquer das partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

Caberá à PMSP proceder à publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 38 da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS PARTICIPES

O Acordo deverá ser executado fielmente pelos participantes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste Acordo não configurará vínculo empregatício e/ou previdenciário de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para a PMSP.

CLÁUSULA OITAVA – ANTICORRUPÇÃO

No desempenho deste Acordo, os participantes se comprometem a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis e declaram que proíbem, dentre outras condutas, a oferta, a promessa, a doação, o pagamento, a solicitação ou a aceitação de qualquer espécie de dinheiro, objeto, favor, bem ou postura com reflexo financeiro/patrimonial, seja direta ou indiretamente, para/de qualquer pessoa, incluindo agentes públicos e políticos, para obter ou manter um negócio ou para garantir qualquer outra vantagem indevida ou benefício ilegal.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Nenhum dos participantes será responsável por descumprimento ou atraso no cumprimento se este for decorrente de circunstâncias que estavam além do seu controle razoável.

9.2. O não exercício de um direito (ou a demora em exercê-lo) não será considerado como renúncia, não prejudicando, assim, a facultade de os participantes exercerem o seu direito a qualquer tempo.

9.3. Se qualquer previsão (ou parte de uma previsão) deste instrumento vier a ser considerada inválida, ilegal ou inexistível, o restante do instrumento continuará em vigor.

9.4 A PMSP não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pelos COMPROMISSÁRIOS com terceiros, ainda que vinculados à execução deste instrumento, nem por danos que venham a serem causados em decorrência de atos dos seus prepostos ou associados, bem como não é responsável por quaisquer danos, prejuízos causados, ônus, direitos ou obrigações decorrentes da legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, ainda com seus empregados, pre-

postos ou subordinados, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à PROPONENTE, sendo que também os COMPROMISSÁRIOS não serão responsabilizados por atos de terceiros.

E, por estarem de acordo, firmam os participantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

São Paulo, 17 de julho de 2020.

PROTOCOLO DOS CENTROS DE TREINAMENTO ESPORTIVO DE ALTO RENDIMENTO

* Submeter todos os ambientes do estabelecimento a um intenso processo de desinfecção prévia, especialmente os locais de atendimento, os banheiros e as áreas de acesso público, seguindo as indicações das autoridades sanitárias e dos profissionais pertinentes;

* Casos retroativos de sintomas ou possível contaminação devem ser notificados, mesmo que anteriores a esse protocolo.

* Todos os funcionários que apresentarem sintoma de síndrome gripal (febre, mesmo que relatada, tosse ou dor de garganta ou coriza ou dificuldade respiratória) serão considerados suspeitos de portarem COVID-19, devendo ser testados (PCR-RT) antes da reabertura dos estabelecimentos, só podendo retornar às atividades após 14 dias do primeiro sintoma, caso todos os sintomas tenham findado, ou caso esteja munido do resultado negativo;

* Funcionários pertencentes ao grupo de risco, por terem idade acima de 60 anos ou outras comorbidades, deverão trabalhar em regime de teletrabalho, ou, receber especial atenção e cuidado, executando sempre atividades que englobem menor risco de contaminação;

* Atletas e Funcionários devem usar máscara durante todo o caminho até a chegada ao centro de treinamento e nas instalações enquanto não estiver treinando. Durante a sessões de treino os atletas poderão estar sem máscara, o staff deve permanecer o tempo todo com a proteção;

* Sempre trocar a máscara e higienizar-se com álcool gel 70% ao chegar no local de treino e ao deixá-lo, evitando qualquer forma de contaminação relativa ao trajeto de ida e volta.

* Ao chegar no centro de treinamento (NAR) todos (atletas e staff) devem verificar a temperatura. Se a temperatura estiver acima de 37,4°C não participe de nenhuma atividade, retorne para a casa e entre em contato com médico.

* Verificar a Saturação (caso seja disponível o oxímetro).

* Os atletas devem se apresentar para o treinamento em horários próximo ao início das atividades para não ficarem muito tempo expostos no local de treinamento. Devem higienizar as mãos ao chegar, evitar o contato físico com os colegas, higienizar as mãos antes de ir embora e se dirigir direto para casa assim que acabar o treino.

* Priorizar a realização das atividades e treinamentos na forma individual e, quando da impossibilidade, utilizar-se de equipe reduzida, evitando qualquer forma de contato e garantindo a utilização de EPI, sempre que possível.

* Vestiários estarão fechados, não sendo permitido tomar banho no local de treinamento. Utilizar o banheiro para necessidades fisiológicas será permitido sendo realizado estritamente uma pessoa de cada vez.

* Não compartilhe garrafas de água.

* Não compartilhe equipamentos pessoais.

* Não use suplementos nutricionais comunitários.

* Atendimentos de fisioterapia deverão ser realizados individualmente, de preferências e se possível ao ar livre com o uso de EPIs (pelo menos máscara, avental descartável e face shield), deve ocorrer intervalo entres os atendimentos para serem realizadas as medidas de higiene no local e nos equipamentos (balança, fita métrica e adipômetro).

* Caso algum atleta apresente sintomas característicos da doença, deverá realizar o teste diagnóstico para a detecção do vírus, RT-PCR. Se por questões financeiras isso não for possível, deverá aguardar no mínimo 10 dias após o início dos sintomas e pelo menos 72h assintomático para retornar.

* Caso o atleta tenha tido contato com alguém da mesma casa ou contato por mais de 10 minutos em uma distância inferior a 1 metro com alguém confirmado com Covid-19, deverá fazer o teste diagnóstico para a detecção do vírus, RT-PCR. Se por questões financeiras isso não for possível, deverá aguardar no mínimo 7 dias assintomático para retornar.

* Atletas e funcionários pertencentes ao grupo de risco (portadores de doenças pulmonares como Asma, Bronquite e Enfisema, ou doenças cardiovasculares como Hipertensão, Infarto prévio, Insuficiência Cardíaca e Miocardiopatias, Diabetes, Obesidade ou Imunodeficiências) a indicação é que não deverão retornar na Fase 2.

* Ambientes fechados como academia, sala de fisioterapia e reunião podem ser utilizados, porém deve-se manter uma distância mínima de 2 metros entre as pessoas, mantendo os locais bem ventilados.

* Todos os atletas e funcionários deverão utilizar máscaras permanentes, podendo os atletas retirar apenas no momento do treino.

* Os atletas deverão treinar apenas no horário agendado e retornar a sua casa após o término.

* Os bebedouros coletivos deverão ser fechados, devendo ser utilizados garrafas individualizadas;

* Os atletas deverão vir trocados de casa;

* Disponibilizar álcool gel, de maneira visível e de fácil acesso, para uso de atletas e funcionários, em todas as entradas e saídas e outros locais estratégicos.

* Orientar, ostensivamente, atletas e funcionários, inclusive por meio de cartazes afixados, banners, panfletos, áudios, vídeos, e-mails, etc., sobre a necessidade de higienização frequente das mãos, bem como sobre a maneira correta de fazê-lo;

* Garantir que os lavatórios e banheiros sejam equipados com água, sabão e toalhas descartáveis, além de lixeiras com acionamento não manual;

* Separar lixo com potencial de contaminação para descartar (Equipamento de Proteção Individual - EPI, luvas, máscaras, etc.), seguindo as normas da vigilância sanitária em todos os setores, para evitar o transporte do lixo possivelmente contaminado pelo estabelecimento;

* Todo o estabelecimento deve ser diariamente higienizado. Desinfetar todas as superfícies, ferramentas, mesmo que tenham sido limpas antes do fechamento;

* Providenciar, sempre que possível, a manutenção de portas e janelas abertas, privilegiando a ventilação natural e minimizando o manuseio de maçanetas e fechaduras;

* Intensificar as medidas de limpeza em áreas de maior circulação de pessoas, banheiros, elevadores, refeitórios/copas, corrimãos, maçanetas, puxadores, catracas, bebedouros, demais áreas de uso comum e superfícies de uso coletivo (balcões, botões dos elevadores; mesas de reunião etc.), bem como sistemas de ar-condicionado/ventilação/climatização, com periodicidade semanal;

* Assegurar-se de que máscaras, luvas e outros equipamentos de proteção e higiene fornecidos nunca serão compartilhados entre os colaboradores;

- Também está vedado o compartilhamento de objetos e utensílios de uso pessoal, a exemplo de copos descartáveis, fones e aparelhos de telefone;

* Elaborar uma escala para que os colaboradores que não tenham com quem deixar os incapazes durante o período em que estiverem fechadas as creches, escolas e abrigos, especialmente as mães trabalhadoras, possam ter esse apoio do estabelecimento;